

O Golpe de 2016 e o futuro da democracia

*Gilberto Grassi Calil
Sara Munique Noal*

Em fevereiro passado, o então Ministro da Educação Mendonça Filho tentou censurar um curso oferecido na UnB intitulado *O Golpe de 2016 e o futuro da democracia*. Essa censura é parte de uma série de medidas autoritárias, impostas desde o governo Dilma Rousseff e que perduram e se intensificam no atual governo Temer, nos levando a refletir sobre o próprio tema do curso ofertado: os motivos e resultados do golpe de 2016 e o que será da nossa democracia daqui para frente, principalmente diante do pleito eleitoral a ser realizado em outubro deste ano.

Primeiramente é preciso esclarecer que não é necessário ser favorável ao governo Dilma Rousseff ou ao Partido dos Trabalhadores para reconhecer que houve um Golpe em 2016. Se analisarmos os motivos que justificaram o impeachment de Dilma, o Golpe fica escancarado. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 85, estabelece que um processo de Impeachment pode ser instaurado caso haja "crime de responsabilidade". No entanto, o afastamento da presidente se deu sob alegação de que ela teria cometido "pedaladas fiscais", que seria a prática de atrasar o repasses financeiros para bancos públicos e autarquias como o INSS. Além dessa prática não ser caracterizada como corrupção, dois dias após o afastamento da presidente o Congresso Nacional aprovou a Lei 13.332/2016, que torna as "pedaladas fiscais" um procedimento permitido pelo governo federal.

Após a tomada do poder, o ilegítimo governo de Michel Temer vem pondo em prática uma série de medidas que ferem diretamente direitos fundamentais adquiridos pela população, com a desculpa de que essa é a única forma de salvar o país da crise. Dentre essas medidas temos a reforma trabalhista, a reforma do ensino médio, a PEC 55, reforma da previdência e a tentativa de privatização de empresas estratégicas, como Eletrobrás e Petrobrás. Mas como mencionado acima, tais medidas, de caráter autoritário e antidemocráticas, não são novas. Já no governo Dilma podemos observar uma série de ataques aos movimentos sociais e aos trabalhadores, como a aprovação da chamada “Lei Antiterrorismo” (que permite que movimentos sociais sejam qualificados como “terroristas”) e a Agenda Brasil (que já previa o congelamento dos gastos sociais). O objetivo destas reformas, tanto no governo Dilma quanto no governo Temer, é garantir os gigantescos lucros dos especuladores financeiros, que já recebem praticamente metade de tudo que é arrecadado no país como pagamento de juros da dívida pública, que não para de crescer.

Como resposta a tudo isso a resistência popular também se faz presente. Em resposta à tentativa de proibição do curso na UnB, foram realizados muitos outros cursos com o mesmo conteúdo em diversas universidades. Recentemente, tivemos uma greve de caminhoneiro que parou, literalmente, o Brasil. Em 2017 a marcha para Brasília buscou barrar os congelamentos de gastos que a PEC 55 impunha a saúde e a educação. Em 2016 o Paraná viu surgir um movimento de milhares de estudantes que ocuparam mais de 800 escolas contra as reformas que desqualificam e precarizam o ensino médio.

Diante desse contexto se torna fundamental discutir o que foi o Golpe de 2016, suas razões, atores, objetivos, e avaliar as perspectivas atuais da democracia brasileira. O que é importante esclarecermos é que o golpe não foi apenas contra Dilma, ou contra o PT, mas contra a grande maioria da população, que vê seus direitos sendo retirados e sua condição social sendo deteriorada diariamente em prol de interesses financeiros externos.

Das Jornadas de Junho de 2013 à ascensão conservadora

*Alex Sander Sanoto
Carla Leticia Lucion Freitag
João Otavio Bortolini
Leandro Kistemmacher Pereira*

Em 2013 vivenciamos uma das maiores ascensões das mobilizações populares da história do Brasil. Essas manifestações massivas, que ficaram conhecidas como *Jornadas de Junho*, continham pautas como ampliações dos direitos sociais, investimentos nos serviços sociais públicos e ampliação da democracia e sofreram grande repressão policial. A ausência de liderança partidária se deu pelo fato dessa mobilização ser pluriclassista. Porém a mídia, que representa os interesses das classes dominantes, distorceu o discurso do movimento, transformando-o em um nacionalismo ufanista, além de marginalizar determinados grupos que integravam as manifestações e substituir a ênfase na defesa dos direitos sociais pelo discurso anticorrupção. Sendo assim, os veículos de comunicação se tornam instrumentos de manipulação nas mãos da classe dominante, sendo que estes aparelhos privados de hegemonia acabam por consolidar ainda mais as bases materiais que facilitam o avanço conservador.

O que vale ressaltar é que mesmo as manifestações exigindo melhorias nos serviços sociais públicos ainda não havia uma pauta contra partidos específicos. Porém a vitória apertada de Dilma Rousseff e o surgimento do chamado “congresso mais conservador da história” nas eleições de 2014 passam a demonstrar a grande fragilidade do governo petista em se manter no poder.

Diferente das Jornadas de Junho de 2013, as pautas defendidas nas mobilizações de 2015 já caracterizavam uma grande ascensão da direita e do conservadorismo no âmbito das manifestações. Se em 2013 uma das pautas principais era a ampliação da democracia, em 2015 temos como eixo central das manifestações o fim da corrupção, impeachment da presidente Dilma Rousseff e até mesmo grupos que defendiam uma “intervenção militar” (algo que não implicaria na prática em um Golpe e instalação de uma ditadura). Não estamos descartando aqui a presença de grupos com caráter conservador em 2013, porém movimentos como “Marcha da família contra o comunismo” e até mesmo a “União contra a corrupção (UCC)” tiveram uma manifestação quase inexpressiva no decorrer desse ano, devido à incapacidade de mobilização e organização desses grupos nesse momento.

Para compreendermos melhor essa transição do caráter das manifestações de 2013 para 2015 e a ascensão da direita, devemos ressaltar a importância de alguns atos particulares do governo Dilma nesse processo. Como por exemplo, a “Lei Antiterrorismo”, a qual cria base

legal para o enquadramento dos movimentos sociais como organizações terroristas, e a “Agenda Brasil”, que consiste em um conjunto de 28 propostas que em síntese pretendiam a redução de direitos e o estímulo ao grande capital. Juntas, essas medidas caracterizam-se como um dos maiores retrocessos desde a Constituição de 1988.

Nesse mesmo contexto encontram-se diversas ondas de mobilizações populares, em diferentes setores da sociedade. Como as manifestações contra os gastos excessivos da Copa do Mundo de 2014, as ocupações estudantis em São Paulo e Goiás e as greves do funcionalismo público no Paraná em 2015, que resultou em extrema repressão policial.

Reconhecemos que esse conjunto de mudanças, as quais significam um extremo retrocesso social e político, assim como as práticas de corrupção, não tenham sua origem e o aval apenas do Partido dos Trabalhadores, mas sim de diversos partidos da cúpula, assim como do poder legislativo e judiciário. Porém a mídia teve como foco apenas o PT, assim como a disseminação da falsa ideia de uma ameaça comunista partindo do mesmo. Nesta perspectiva, a oposição contra o governo petista, dito como partido de esquerda, apesar de todas as suas medidas neoliberais, se torna combustível para o avanço da direita.

Em meio a toda essa frágil conjuntura, que traz consigo um vácuo moral, ético e político, o conservadorismo vem se fortalecendo cada vez mais. Candidatos que abertamente demonstram que são racistas, xenofóbicos, machistas e homofônicos vem ganhando cada vez mais força e visibilidade no Brasil, se demonstrando e se afirmando como uma grande esperança de restabilizar o país e a moral do cidadão brasileiro.

Devemos ter em mente que só é possível entendermos a trajetória e ação dos movimentos sociais dos últimos anos no Brasil, se levarmos em consideração todos os desdobramentos ocorridos no cenário político, bem como, os interesses da classe dominante atrelado ao papel exercido pela mídia, que por fim, acaba atendendo os interesses de uma classe em específico.

SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI: DITADURA DISFARÇADA DE DEMOCRACIA

Felix Venicius Sostisso Eichelberger

Jhonatan Vicentini

Rafael Dione Trombeta

Vanessa Evangelista Rocha

Há várias formas de se assumirem as repercussões nos veículos de comunicação, quando o tema é alguma cobrança, revolta, ou algum manifesto em relação ao governo, no Brasil, nos últimos anos. Desde o período em que a presidenta Dilma Rousseff governava a máquina do estado, se nota surgir ondas de manifestos por todo o território nacional. Como em Curitiba, capital do Estado do Paraná, em que no 29 de abril de 2015, a violência (reposta) por parte do governo do Estado feriu milhares de manifestantes, entre eles professores e estudantes; e, o Movimento Passe Livre, em São Paulo, nos anos de 2013 e 2014. Pós impeachment a situação não melhorou. Em 24 de maio de 2017, quando quarenta e nove pessoas ficaram feridas, em Brasília no Distrito Federal, entre elas PM's, e um estudante que teve os dedos decepados.

A conjuntura por trás disso é muito mais ampla do que se possa imaginar. Para ilustrar, temos o caso do Gafi (Grupo de Ação Financeira Internacional), entidade intergovernamental criada em 1989 por Ministros jurídicos membros, que age combatendo ameaças à integridade do sistema financeiro internacional, através de portarias como o Padrões Internacionais de Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e da Proliferação - As Recomendações Do Gafi. Uma de suas ações, as quais são renovadas a cada 5 anos, é avaliar países que estão em condições de manter uma ordem interna em que não represente ameaças aos investidores estrangeiros. Em teoria o mesmo investiga as possibilidades de investimento ao combate do terrorismo, sendo ele – o terrorismo - uma das inseguranças aos investidores. Na Recomendação 8 do GAFI¹ são mencionadas as organizações sem fins lucrativos, como os movimentos sociais (indígenas, sem-terra, estudantis, entre outros), como as mais suscetíveis a sucumbir ao terrorismo, podendo as mesmas financiar ações dessa natureza. Por isso o senador psdebista Aluysio Nunes Ferreira, incorporando sugestões de vários senadores e também de órgãos do governo, como Ministério da Fazenda, Casa Civil e Ministério da Justiça, propõe o Projeto de Lei 2.016/2015, conhecido como “Lei do Antiterrorismo”. O mesmo, fundamenta seu projeto através de organizações terroristas como Al-Qaeda e Estado Islâmico². Gugerimos a leitura do o artigo de Le Monde Diplomatique Brasil “*Por uma lei antiterrorismo de Estado. Ou não sobrará ninguém*”.

¹Disponível em <http://www.coaf.fazenda.gov.br/links-externos/As%20Recomendacoes%20GAFI.pdf>

² Disponível em <https://diplomatique.org.br/por-uma-lei-antiterrorismo-de-estado-ou-nao-sobrara-ninguem/>

É possível assegurar que nesse contexto não há participação popular, mas um conjunto de regras e negociações que está posta não só no Brasil, como também em grandes metrópoles globais: a criminalização e o encarceramento como dispositivos de gestão urbana, e o uso de prisões temporárias, algumas delas em circunstâncias de legalidade questionáveis, na intenção de se “eliminar” certos comportamentos. Muitas vezes, isso inclui indivíduos que transgridem códigos urbanos de conduta em pequenos deslizes que não chegam a configurar crime, mas caem justamente no campo dos comportamentos indesejáveis; como o caso Rafael Braga, que foi detido com uma garrafa de alvejante, suspeito de planejar “atentado” contra a ordem pública. Dessa forma, a prisão é tida como um dispositivo de Gestão De Espaço Urbano. Tais acontecimentos, não estão restritos unicamente a lugares onde há forte intervenção estatal - como a intervenção militar do Rio de Janeiro-, podendo se estender a lugares de um pacato dia a dia, à locais de grandes fluxos de capitais.

Assim, o uso da Lei do Antiterrorismo, bem como, a da Garantia de Lei e Ordem, servem como ações afirmativas que visam mostrar a segurança na possibilidade de investimentos externos. Para a repressão, a polícia tem investido em tecnologias de armamentos que, no papel, deveriam ser menos ofensivos aos manifestantes, porém, na prática apresenta-se o contrário. Exemplo disso é o uso da Garantia da Lei da Ordem na ocupação de comunidades dominadas pelo tráfico de drogas, ou durante megaeventos: a conferência Rio + 20 em 2012; na Copa das Confederações da FIFA e na visita do Papa Francisco durante a Jornada Mundial da Juventude, em 2013; na Copa do Mundo 2014 e nos Jogos Olímpicos Rio 2016. Somente para esclarecer, as intervenções do exército, como a do Rio Janeiro, estão previstas na Constituição apenas como forma de apoio em casos de emergência. Enquanto esse recurso é usado, os demais responsáveis por administrar a segurança pública devem procurar ações para solucionar tal situação emergencial. Porém, o que tem sido feito a mando do atual presidente da república, eleito a custas de emendas parlamentares e de financiamentos eleitorais, é justamente o contrário, além de usa-las de forma rotineira, procura-se usar da intervenção como método de solução para e toda e qualquer caso de violência. Institui-se a violência e a intolerância propagada através da mídia corporativa, que dissemina o que conhecemos por “Cultura do Medo”. E que movimenta, assim, um grande fluxo financeiro.

Medidas sócio educacionais no pós-golpe de 2016

*Alice Stenzel
Aline Stenzel
Ana Paula Vieira Pinto
Vanessa Luana Schmitt*

Durante o período do pós-golpe de 2016, começaram a ser implementadas diversas medidas sociais e econômicas para beneficiar grupos dominantes. Dentre elas, o Projeto de Lei Escola Sem Partido, a PEC 241, a reforma trabalhista, a reforma na previdência e a reforma do Ensino Médio. Entretanto, mesmo antes do golpe, já tramitavam duas medidas que foram fundamentais para a sua concretização: a Lei Antiterrorismo (Lei nº 13.260, sancionada em 2016) e a Lei da Mordaza (Lei nº 13.188, sancionada em novembro de 2015).

Uma das medidas sociais e econômicas propostas no Congresso é o Projeto de Lei intitulado Escola Sem Partido (PL 867-2015). Esse Projeto impede a livre manifestação de professores sobre política, questões de gênero e de orientação sexual. A incoerência do Projeto já se manifesta no nome, pois confunde política com partido para sugerir que atualmente nas escolas existe um posicionamento político-partidário. Segundo o PL 867-2015, a educação precisa ter neutralidade política, ideológica e religiosa. Contudo, o projeto ignora que nenhuma ideia ou posicionamento é neutro, ainda que nos posicionamentos não haja qualquer intervenção partidária. A política não é estritamente ligada a partidos. Pelo contrário, ela está presente em todos os aspectos da sociedade.

Apesar de o Projeto defender o pluralismo de ideias, ele restringe a educação moral aos valores que estejam de acordo com as convicções dos pais ou dos responsáveis pelos alunos. Um Projeto de Lei como esse é uma afronta aos trabalhadores, alunos e professores de escolas públicas municipais e estaduais, pois nega alguns direitos conquistados e fere a liberdade de ensino e regressa à imposição de uma moral única. A função fundamental da educação de ampliar horizontes e tomar contato com visões distintas fica bloqueada.

Outra medida que impacta a educação é a reforma do Ensino Médio. Ela prevê o ensino integral para os alunos e impõe que o aluno escolha um “percurso formativo” subordinado às necessidades do mercado de trabalho, deixando em segundo plano a ampliação do conhecimento. Além disso, outra mudança feita por meio da MP 746-2016 é a ideia do “notório saber”, que permite que profissionais sem licenciatura atuem na educação escolar básica. Isso implica na desvalorização dos licenciados que possuem uma formação superior para essa finalidade e consequente desqualificação da educação.

O retrocesso imposto pelo Escola Sem Partido e pela reforma do Ensino Médio se soma a outros ataques aos trabalhadores, como a PEC 241, que congela todos os investimentos sociais, como saúde e educação, por vinte anos. Este teto estabelecido para os gastos públicos tem como objetivo garantir os enormes lucros do capital financeiro, através dos altos juros que incidem sobre a dívida pública.

Algumas dessas medidas já tramitavam durante e por iniciativa do governo de Dilma Rousseff. No entanto, depois da efetivação do Golpe, os ataques se intensificaram e se radicalizaram.

Golpe de 2016: Resistências Populares

*Daniela Henrichsen
Débora Schmidt
Gabriela Pires Leonardo
Tanice Fuhr*

“A primavera Estudantil” e as frentes de resistências contra o Golpe.

O Golpe de 2016 vem de um contexto de extremo atrito político e polarização da sociedade civil. Mas ao mesmo tempo em que ocorrem esses conflitos surgem movimentos que vão ecoar pela união da classe trabalhadora contra as propostas colocadas em pauta pelo governo Michel Temer, que assume a presidência em 2016 com um pacote de medidas já articuladas. Estas propostas consistem basicamente no corte nas áreas de desenvolvimento social, assistência social, saúde e educação, reforma agrária e de moradia, o que aponta uma tendência neoliberal em propostas como a PEC 55/2016, que congela por 20 anos os investimentos em serviços públicos, precarizando as estruturas públicas de dever estatal.

Assim que Temer assumiu o poder governamental, imediatamente foram encaminhadas ao congresso suas propostas para as áreas de educação, saúde e investimentos sociais. A educação sofreu tanto no sentido de não receber mais recursos, pois estes ficariam congelados por 20 anos, quanto nas diretrizes da educação impostas pela Medida Provisória nº 746³ da reforma do Ensino Médio no Brasil. Naquele momento, haviam movimentos que imediatamente reagiram contra essas medidas que preveem um sucateamento do ensino e uma formação educacional restrita ao conhecimento técnico, deixando de lado disciplinas extremamente importantes para a compreensão de mundo, sociedade e cidadania como as matérias de filosofia e sociologia. Quando nos referimos a esses movimentos estamos falando primordialmente dos movimentos de estudantes secundaristas e universitários, que a partir de setembro de 2016 começaram a fortalecer as ondas de ocupações de prédios públicos de ensino, demonstrando a total desaprovação destes com as duas propostas, a MP do Ensino Médio e a PEC 55. As pautas de reivindicação dos estudantes eram a suspensão imediata das propostas. Escolas no Brasil todo foram ocupadas, somando aproximadamente 1.002 escolas estaduais e federais, e 84 universidades. Grande foco dessas ocupações se concentraram no Paraná chegando a 880 escolas ocupadas aproximadamente, e São Paulo que desde agosto já vinha se mobilizando e ocupando escolas e a ALESP com a pauta de instauração de um CPI contra os ladrões da Merenda Escolar.

³ Visualizado em <<https://www.congressonacional.leg.br>> acesso 14/06/2018

Estes movimentos de ocupação, compostos pela juventude que combate um sistema neoliberal tornam-se fundamental para criação de frentes de resistência que serão contra os ataques aos direitos, e que estarão ao lado de sindicatos e outros movimentos em Brasília alguns meses depois das ocupações da escola.

É interessante lembrar também de outros movimentos que se opunham ao governo e demonstram a insatisfação da população, como o movimento feminista que no mês de março deste ano levou milhares de mulheres as ruas, onde tinham como principal reivindicação igualdade no ambiente de trabalho mobilizando cerca de 50 cidades brasileiras. Temos também a greve dos caminhoneiros, um movimento mais recente, que parou, literalmente, a distribuição de mercadorias em todo país, mostrando a dependência nacional perante esta classe. Entre suas reivindicações estava a diminuição das tributações, revisão as políticas da Petrobras e extinção da cobrança de pedágio sobre eixo erguido.

Esses movimentos contra um governo golpista demostram a insatisfação dos cidadãos e o empenho do jovem brasileiro contra políticas que afetam diretamente a sociedade brasileira. As ocupações foram importantes também para mostrar a capacidade de organização e dar visibilidade aos movimentos estudantis e atrair mais jovens para o mesmo, fortificando a luta contra as políticas danosas e em busca de condições melhores as escolas, universidades e consequentemente ao país.

Texto referencial

Ditadura, Transição e Democracia: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo. Coleção Brasil Republica, 4. Coordenadores: SILVA, Carla L. CALIL, Gilberto G. BOTH DA SILVA, Marcio Antônio. Porto Alegre, FMC Editora, 2016.